

Volgane Oliveira Carvalho

MANUAL DAS INELEGIBILIDADES

**Comentários à Lei das
Inelegibilidades e Jurisprudência
Atualizada do TSE e STF**

**4ª Edição
Revista, Atualizada e Ampliada**

Prefácio por:

Min^a. Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro

Bruno Cezar Andrade de Souza

Luiz Eduardo Peccinin

Frederico Franco Alvim

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9873-3



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Carvalho, Volgane Oliveira.

C331 Manual das inelegibilidades: comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF./ Volgane Oliveira Carvalho./ 4ª edição./ Curitiba: Juruá, 2022. 864 p.; 21,5cm

1. Direito eleitoral. 2. Direitos políticos. 3. Inelegibilidades.
I. Título.

CDD 342.07 (22.ed.)

CDU 342.81

0 0057

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1 DIREITOS POLÍTICOS NO BRASIL	31
1.1 TITULARIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS	33
1.2 PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	38
1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	45
1.3.1 Classificação dos Direitos Políticos Segundo sua Natureza Jurídica.....	49
1.3.1.1 Direitos de caráter processual.....	49
1.3.1.2 Direitos de caráter opinativo	49
1.3.1.3 Direitos de caráter partidário.....	49
1.3.1.4 Direitos de caráter personalista	50
1.3.1.5 Direitos de caráter participativo	54
2 DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	57
2.1 CONCEITO DE INELEGIBILIDADE.....	59
2.2 CARACTERÍSTICAS DAS INELEGIBILIDADES	61
2.3 NATUREZA JURÍDICA	63
2.4 CARÁTER OBJETIVO <i>VERSUS</i> CARÁTER SUBJETIVO.....	68
2.5 DISTINÇÃO ENTRE SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E INELEGIBILIDADE.....	72
2.6 CLASSIFICAÇÃO DAS INELEGIBILIDADES	74
2.7 O REGIME BRASILEIRO DAS INELEGIBILIDADES E O PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA	76
3 O MICROSSISTEMA DAS INELEGIBILIDADES NO DIREITO BRASILEIRO	85
3.1 SITUAÇÕES INCAPAZES DE GERAR INELEGIBILIDADES.....	85
3.2 MOMENTO PARA AFERIÇÃO DA INELEGIBILIDADE.....	90

3.2.1	A Preclusão	91
3.2.1.1	Preclusão na jurisprudência do TSE.....	92
3.2.2	O Pré-Registro de Candidatura.....	93
3.2.3	Termo Inicial para Aferição da Inelegibilidade.....	94
3.2.3.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	95
3.2.4	Alterações Fáticas e Jurídicas Preexistentes ao Registro.....	95
3.2.5	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro: Efeitos.....	96
3.2.6	Cabimento do Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	102
3.2.7	Súmula 70: O Fim do Prazo de Inelegibilidade como Alteração Fática e Jurídica Superveniente ao Registro	107
3.2.8	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro: Aplicação aos Casos Concretos	108
3.2.9	Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes à Diplomação	126
3.2.10	Súmula 43: Alterações Fáticas e Jurídicas Supervenientes ao Registro e sua Repercussão nas Condições de Elegibilidade	129
3.2.11	Alteração dos Marcos Temporais na Lei 13.877/2019	130
3.2.12	Outras Propostas de Alteração dos Marcos Temporais	133
3.3	HERMENÊUTICA DAS NORMAS REFERENTES ÀS INELEGIBILIDADES	135
3.3.1	Primado Hermenêutico da Inadmissibilidade de Interpretações que Descaracterizem a <i>Mens Constitutionis</i> Acerca das Inelegibilidades.....	136
3.3.2	Primado Hermenêutico da Vedação da Ampliação Indevida das Inelegibilidades	138
3.3.3	Vedação do Uso de Vieses Interpretativos Preconceituosos	141
3.3.4	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	145
3.4	PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E IRRETROATIVIDADE DA LEI <i>VERSUS</i> INELEGIBILIDADES	147
3.4.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	150
3.5	COISA JULGADA E INELEGIBILIDADES.....	152
3.6	ALTERAÇÃO DA DATA DA ELEIÇÃO E CONTAGEM DOS PRAZOS DE INELEGIBILIDADE.....	153

4	DAS INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS	157
4.1	ESTRANGEIROS.....	157
4.1.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	161
4.2	ANALFABETISMO.....	161
4.2.1	Panorama Conceitual e Realidade Brasileira.....	164
4.2.2	A (Des)Necessidade de Realização de Testes de Alfabetização.....	169
4.2.3	O Deficiente Visual.....	171
4.2.4	Os Indígenas.....	173
4.2.5	O Caso dos Municípios que Possuem Idiomas Cooficiais.....	175
4.2.6	Súmula 15: Possibilidade da Prova de Alfabetização pelo Exercício de Mandatos Anteriores.....	178
4.2.7	Súmula 55: CNH como Prova de Alfabetização.....	180
4.2.8	Perspectivas para o Futuro.....	182
4.2.9	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	184
4.3	REELEIÇÃO.....	189
4.3.1	Necessidade de Afastamento ou Desincompatibilização do Cargo.....	191
4.3.2	Os Prefeitos Itinerantes.....	192
4.3.3	A Família Itinerante.....	194
4.3.4	Reeleição, Renúncia e Nova Candidatura.....	196
4.3.5	Vacância de Prefeitura e Reeleição.....	200
4.3.6	Mandato Tampão, Substituição Eventual e Sucessão.....	201
4.3.7	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.....	205
4.4	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DOS CHEFES DO EXECUTIVO.....	215
4.4.1	Mandato Tampão, Substituição Eventual e Sucessão do Titular.....	217
4.4.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal.....	218
4.5	PARENTESCO.....	220
4.5.1	Relações Familiares e Política no Brasil.....	220
4.5.2	A Inelegibilidade Reflexa por Parentesco nas Constituições Brasileiras.....	225
4.5.3	Objetivos da Inelegibilidade Reflexa por Parentesco.....	228

4.5.4	Manipulação Fraudulenta da Inelegibilidade Reflexa por Parentesco	230
4.5.5	Vínculo Conjugal	233
4.5.6	Rompimento do Vínculo Conjugal.....	235
4.5.7	Vínculo Paterno-Filial	240
4.5.8	Filiação Socioafetiva	244
4.5.9	Outros Vínculos Familiares.....	249
4.5.10	Monopólio Familiar.....	251
4.5.11	Famílias Paralelas.....	252
4.5.12	Exceções à Regra Geral.....	254
4.5.13	A Prova do Vínculo Familiar	256
4.5.14	Eleições Suplementares.....	257
4.5.15	Perspectivas para o Futuro	258
4.5.16	Súmula 6: Dois Mandatos Seguidos por Grupo Familiar.....	259
4.5.17	Súmula 12: Inelegibilidade no Município-Filho.....	260
4.5.18	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal	261
4.6	VIDA PREGRESSA	286
4.6.1	Vida Pgressa do Candidato e Direito ao Esquecimento ..	288
4.6.2	Súmula 13: Autoaplicabilidade da Inelegibilidade Decorrente da Vida Pgressa	296
4.6.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	298
5	DAS INELEGIBILIDADES GENÉRICAS	
	INFRACONSTITUCIONAIS.....	301
5.1	INALISTÁVEIS.....	301
5.2	CASSAÇÃO DE MANDATO LEGISLATIVO POR INFRAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS OU QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR	304
5.2.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	308
5.3	<i>IMPEACHMENT</i>	309
5.3.1	<i>Impeachment</i> Presidencial	323
5.3.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	325
5.4	CONDENAÇÃO ELEITORAL DE PARTICULAR POR ABUSO DO PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO.....	329
5.4.1	Abuso de Poder Político.....	330
5.4.2	Abuso de Poder Econômico	331

5.4.3	Assistencialismo Social e Abuso de Poder Político	332
5.4.4	Difusão de Desinformação e Abuso de Poder Político.....	333
5.4.5	Mídia e Abuso de Poder Econômico	335
5.4.6	Internet e Abuso de Poder Econômico	337
5.4.7	Abuso de Poder Religioso	338
5.4.8	Autoria <i>versus</i> Benefício	343
5.4.9	Possibilidade de Divisão da Chapa.....	344
5.4.10	Prova do Abuso	345
5.4.11	Contagem do Prazo de Inelegibilidade.....	346
5.4.12	Condenação Anterior à Lei da Ficha Limpa.....	347
5.4.13	Impossibilidade de Revisão do Julgamento em Sede de Registro de Candidatura	347
5.4.14	Caráter não Automático da Inelegibilidade	348
5.4.15	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	349
5.5	CONDENAÇÃO CRIMINAL	385
5.5.1	Condenação Criminal e Presunção de Inocência.....	386
5.5.2	Órgãos Colegiados	387
5.5.3	Julgamento Colegiado dos Crimes Praticados por Organizações Criminosas	389
5.5.4	Tribunal Penal Internacional	390
5.5.5	Extinção da Pena	393
5.5.6	Estabelecimento de Penas de Natureza Diversa: Privação de Liberdade e Multa.....	396
5.5.7	Exceções à Regra Geral.....	398
5.5.8	Acordo de Não Persecução Penal e a Possibilidade de Gerar Inelegibilidade.....	400
5.5.9	Inelegibilidade como Condição de Acordo de Não Persecução Penal	403
5.5.10	Súmula 58: Impossibilidade de a Justiça Eleitoral Reconhecer a Prescrição da Pretensão Punitiva	409
5.5.11	Súmula 59: Reconhecimento da Prescrição Executória Não Afasta a Inelegibilidade	411
5.5.12	Súmula 60: Da Contagem do Prazo de Inelegibilidade Quando Reconhecida a Prescrição Executória	412
5.5.13	Súmula 61: Da Contagem do Prazo de Inelegibilidade e a Detração Eleitoral.....	413
5.5.14	Condenação por Crimes Contra a Ordem Tributária.....	417
5.5.15	Possibilidade de Afastamento da Decisão Condenatória....	418

5.5.16	Absolvição de Parlamentar em Conselho de Ética.....	420
5.5.17	Condenação Criminal Anterior à Lei da Ficha Limpa.....	421
5.5.18	Tipos Penais Atingidos pelo Regramento da Lei da Ficha Limpa.....	423
5.5.19	Da (Im)Possibilidade de Crimes Militares Serem Apontados como de Menor Potencial Ofensivo.....	430
5.5.20	Desproporção de Penas entre Tipos Penais Semelhantes ...	432
5.5.21	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	433
5.6	DECLARAÇÃO DE INDIGNIDADE DO OFICIALATO	454
5.6.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	460
5.7	REJEIÇÃO DE CONTAS.....	460
5.7.1	Exercício de Cargo ou Função Pública.....	462
5.7.2	Rejeição de Contas por Órgão Competente.....	465
5.7.3	Competência para Julgamento das Contas de Prefeitos.....	466
5.7.4	Insanabilidade da Irregularidade Verificada.....	469
5.7.5	Ato Doloso de Improbidade Administrativa	470
5.7.6	Irrecorribilidade do Pronunciamento de Desaprovação de Contas.....	477
5.7.7	Inexistência de Suspensão ou Anulação de Judicial de Aresto de Rejeição de Contas.....	480
5.7.8	Revogação de Decreto Legislativo Municipal que Desaprova Contas do Prefeito	482
5.7.9	Desaprovação de Contas e os Princípios da Proporcionalidade e Insignificância	484
5.7.10	Modificação de Entendimento do Tribunal de Contas	487
5.7.11	Desaprovação de Contas Anterior à Lei da Ficha Limpa...	490
5.7.12	Incompetência x Improbidade Administrativa	490
5.7.13	Contas de Gestão x Contas de Campanha	492
5.7.14	Súmula 41: Impossibilidade de a Justiça Eleitoral Avaliar Acerto ou Desacerto de Decisões de Outros Órgãos.....	493
5.7.15	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal	495
5.8	CONDENAÇÃO DE ADMINISTRADOR PÚBLICO POR ABUSO DE PODER ECONÔMICO OU POLÍTICO	575
5.8.1	Diferenciação Entre as Condutas do Autor e do Beneficiário do Ato	576
5.8.2	Gravidade do Ato	577

5.8.3	Potencialidade de Dano	578
5.8.4	Necessidade de Prova da Finalidade Eleitoral.....	579
5.8.5	Assistencialismo e Abuso de Poder.....	579
5.8.6	Necessidade de Formação de Litisconsórcio Passivo Necessário	581
5.8.7	Possibilidade de Uso de Provas Materiais.....	583
5.8.8	Súmulas 19 e 69: Contagem do Prazo da Inelegibilidade ..	585
5.8.9	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	587
5.9	DIRIGENTES DE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU SEGURO LIQUIDADADO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE	624
5.9.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	628
5.10	CONDENAÇÃO ELEITORAL POR CORRUPÇÃO ELEITORAL, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO, IRREGULARIDADES EM ARRECADAÇÃO E GASTOS DE CAMPANHA OU CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS.....	629
5.10.1	Autor e Beneficiário	632
5.10.2	Súmula 69: Contagem do Prazo da Inelegibilidade.....	634
5.10.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	635
5.11	RENÚNCIA AO MANDATO APÓS O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA SI QUE POSSA RESULTAR NA ABERTURA DE PROCESSO POR INFRINGÊNCIA DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO OU DE LEI ORGÂNICA.....	643
5.11.1	Contagem do Prazo da Inelegibilidade no Caso de Cassação de Senador	646
5.11.2	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	647
5.12	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS POR ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	648
5.12.1	Condenação à Suspensão dos Direitos Políticos	650
5.12.2	Decisão com Trânsito em Julgado ou Proferida por Órgão Colegiado	652
5.12.3	Ato Doloso	652
5.12.4	Improbidade Administrativa.....	654
5.12.5	Cumulatividade ou Alternatividade dos Requisitos?.....	655
5.12.6	Lesão ao Patrimônio Público e Enriquecimento Ilícito	657
5.12.7	Necessidade de Análise do Mérito	663

5.12.8	Possibilidade de Retroação da Inelegibilidade	665
5.12.9	Contagem do Prazo de Inelegibilidade.....	666
5.12.10	Improbidade Administrativa e Rachadinhas.....	667
5.12.11	Possibilidade de Retroação dos Dispositivos da Lei 14.230/2021	669
5.12.12	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	670
5.13	EXCLUSÃO DO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO POR DECISÃO DE ÓRGÃO PROFISSIONAL	694
5.13.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	699
5.14	CONDENAÇÃO POR SIMULAR OU DESFAZER VÍNCULO CONJUGAL PARA DESCARACTERIZAR INELEGIBILIDADE	699
5.14.1	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	702
5.15	DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	702
5.15.1	Alcance do Termo Demissão.....	711
5.15.2	Impossibilidade de Realização de Juízo de Valor Acerca da Decisão	714
5.15.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	717
5.16	REALIZAÇÃO DE DOAÇÃO ELEITORAL ILEGAL	721
5.16.1	Regime de Doação para Campanhas Eleitorais.....	722
5.16.2	Necessidade de Quebra da Normalidade do Pleito.....	723
5.16.3	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	725
5.17	APOSENTADORIA COMPULSÓRIA POR DECISÃO SANCIONATÓRIA DE MEMBRO DO JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	732
6	DAS INELEGIBILIDADES ESPECÍFICAS INFRACONSTITUCIONAIS.....	737
6.1	DOS PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DETERMINADOS PELA LEI DAS INELEGIBILIDADES.....	738
6.1.1	Conceito e Finalidade da Desincompatibilização.....	741
6.1.2	Comprovação do Afastamento	745
6.1.3	Definição do Cargo Ocupado para Fins de Desincompatibilização	747
6.1.4	Instituições Mantidas pelo Poder Público e a Desincompatibilização	748
6.1.5	Desincompatibilização e Convenções	751
6.1.6	Desincompatibilização e Eleições Suplementares.....	752

6.1.7	Desincompatibilização de Militar.....	754
6.1.8	Desincompatibilização de Detentores de Mandatos Eletivos que Exercem Outros Cargos Públicos	754
6.1.9	Desincompatibilização de Serventuário de Cartório	755
6.1.10	Desincompatibilização de Servidor Comissionado	757
6.1.11	Desincompatibilização de Servidor da Justiça Eleitoral.....	759
6.1.12	Cláusulas Uniformes	760
6.1.13	Desincompatibilizações Após a Emenda Constitucional 107/2020.....	761
6.1.14	Prazos de Desincompatibilização para Eleições Municipais.....	763
6.1.15	Julgados do Tribunal Superior Eleitoral.....	771
REFERÊNCIAS		827
ÍNDICE REMISSIVO.....		837